



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.33, n.1-2, janeiro/fevereiro 2011

sumário

- 3 SALÁRIOS E INFLAÇÃO
Gilmar Mendes Lourenço
- 6 A DISTÂNCIA DO PLENO EMPREGO
Gilmar Mendes Lourenço
- 8 ECONOMIA PARANAENSE: RESULTADOS DE 2010 E PERSPECTIVAS PARA 2011
Fernando Raphael Ferro de Lima
- 11 O PIB PARANAENSE EM 2010
Ricardo Kureski
- 14 OS MOVIMENTOS DA DEMANDA POR CARNE DE AVES
Guilherme Amorim
- 18 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 22 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA (*Editor*)

Equipe

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

RICARDO KURESKI (*Economista*)

LYANNE THAIS MIKOSZ STENGER (*Estagiária de Administração*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

A nova desgarrada da inflação, verificada desde fins do 1.º semestre de 2010, não atrapalhou as negociações por majorações reais de salários e outros rendimentos, realizadas entre patrões e trabalhadores, entre julho e dezembro do ano passado, suplantando inclusive, em alguns casos, os pleitos mais otimistas e os ganhos de eficiência e produtividade setoriais.

De pronto, convém sublinhar que a volta da espiral é puxada pela escalada dos preços dos alimentos, em âmbito planetário, e pelo acrive estrutural dos valores dos serviços prestados e dos bens mais sofisticados, fenômeno bastante comum em nações que ostentam a conjugação entre estabilidade monetária sustentada e mobilidade social.

Tanto é assim que os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontam declínio da participação dos estratos mais carentes da população (formados por pobres e indigentes) de 33,3% do total em 2001 para 15,0% em 2009. Especificamente o peso dos indigentes recuou de 15,6% para 6,5%, em igual lapso temporal. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), são consideradas pobres e indigentes as pessoas com renda domiciliar mensal *per capita* inferior a R\$ 140,0 e R\$ 70,0, respectivamente.

Inferências do Instituto Data Popular também mostram que a participação da categoria C da pirâmide, nas aquisições de eletrônicos e eletrodomésticos, passou de 27,0% do total, em 2003, para 45,0%, em 2010, contra queda das classes A e B de 55,0% para 37,0%. A cobertura domiciliar da faixa C (cuja renda familiar mensal estaria entre R\$ 1.530,0 e R\$ 5.100,0) com a compra de microcomputadores saltou de 13,0% para 52,0% do total em igual período.

A repercussão inflacionária da ascensão salarial superior à produtividade foi bloqueada pela natureza de mercados aquecidos – compensando, com a maior escala de vendas, a diminuição das margens de lucro decorrente da disparada dos dispêndios variáveis do processo produtivo – e concorrenciais, fortemente sensíveis ao peso exercido pelos produtos importados, especialmente na área de bens de consumo. Apenas em caráter de ilustração, a participação das importações provenientes da China, em produtos eletrônicos, material elétrico e máquinas e equipamentos, no consumo interno brasileiro, subiu de 15,4% em 2005 para 26,4% em 2010.

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) calcula que praticamente 90,0% das classes de empregados lograram esse tipo de êxito (ajuste da remuneração acima do acréscimo dos níveis de preços ao consumidor) durante o referido intervalo de tempo, o que configurou o registro de um recorde histórico.

Esses resultados podem ser imputados ao empuxe dos níveis de atividades, sobretudo daquelas voltadas ao suprimento da demanda interna, em face do moderado desempenho das exportações, por conta do ainda reduzido dinamismo da economia mundial e do cenário de substancial sobrevalorização da taxa de câmbio brasileira.

De acordo com a consultoria Economatica, o real experimentou apreciação acumulada de 108,2% entre janeiro de 2003 e dezembro de 2010, compreendendo os dois mandatos do presidente Lula, contra 25,0% do euro, por exemplo. Esse episódio tem sido comandado pela elevada atratividade dos juros de curto prazo praticados no País, o que provocou, desde 2008, o retorno da situação de deterioração das contas externas, explicada essencialmente pela explosão generalizada das importações.

Frise-se que a absorção doméstica vem sendo impulsionada pela combinação entre queda dos patamares de desemprego para os menores níveis já contabilizados e geração líquida de empregos formais. A taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas do País acompanhadas pelo IBGE caiu pelo 7.º mês seguido em dezembro de 2010 (5,3% da População Economicamente Ativa - PEA). Foi a menor taxa desde 2002, ocasião do começo da mensuração da nova série histórica, contra 6,8% em dezembro de 2009, e 8,0% antes da crise. Mesmo tendo subido para 6,1% em janeiro de 2011, há a configuração da trajetória de baixa, pois foi bastante inferior à taxa registrada no mesmo mês de 2010 (7,2%) e a menor em oito anos para o período.

* Economista, pesquisador do IPARDES

A constatação da subida do desemprego de 5,0% nos Estados Unidos e 7,0% na Zona do Euro, no pré-crise, para os 10,0% da PEA atuais, com forte resistência à baixa, devido à diminuta capacidade de resposta do consumo e do investimento aos estímulos contra cíclicos monetários e fiscais, corrobora a argumentação corrente da vitalidade da reação econômica brasileira pós colapso externo.

A abertura de vagas de trabalho com carteira assinada ultrapassou os 14,0 milhões entre 2003 e 2010, havendo inclusive escassez estrutural de oferta deste fator em praticamente todos os estratos de qualificação, fruto da crônica insuficiência de inversões em educação, o que pode comprometer o aproveitamento de um conjunto nada desprezível de oportunidades, vinculadas ao pré-sal, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e aos eventos esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíadas.

Essencialmente, as iniciativas oficiais de transferência de renda, expressas na continuidade da política de valorização do salário mínimo (SM) e no alargamento do programa Bolsa Família e dos benefícios previdenciários, e a ampliação da oferta de crédito, especialmente da modalidade em consignação, estariam na raiz da onda virtuosa da economia.

Simulações do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstram que a redução da desigualdade na apropriação da renda no Brasil, na década de 2000, pode ser atribuída à evolução dos rendimentos do trabalho (67,0%), aos efeitos do Bolsa Família (17,0%), que retirou da condição de indigência mais de 50 milhões de brasileiros em oito anos, e aos dispêndios previdenciários (16,0%), rebocados pela elevação real de 64,0% do valor do SM no mesmo período.

Entre 2003 e 2010, o País passou do 12.º para o 8.º posto no ranking mundial de Produto Interno Bruto (PIB), ficando atrás de Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália, com base em estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A tendência econômica positiva, por seu turno, contaminou positivamente as avaliações da população a respeito do governo e, principalmente, do então presidente da República. Pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope, em dezembro de 2010, apontou recorde de popularidade de Lula (87,0%) e de aprovação de sua gestão (80,0%), não capitalizada na concretização das reformas em favor da impulsão da competitividade.

Na mesma linha, a comercialização de materiais de construção cresceu quase 13,0% em 2010, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). A performance favorável foi determinada pelos materiais de acabamento, em razão da conclusão e entrega do apreciável volume de obras iniciadas em 2009.

Para coroar o momento de animação econômica, o PIB do País fechou 2010 com variação de 7,5%, de acordo com o IBGE, a maior desde o Plano Cruzado, em 1986, pressionando a utilização da capacidade produtiva e o ritmo de investimentos, anomalia abrandada pela válvula de escape das compras externas, e a oferta quantitativa e qualitativa de infraestrutura.

A reativação econômica acirrou a disputa por mão de obra, alterou o perfil da demanda, ampliou a rotatividade e multiplicou o poder de barganha dos sindicatos

Nessas condições, a ocorrência de reativação dos negócios serviu para acirrar a disputa por mão de obra pelas companhias, alterar qualitativamente o perfil da demanda, mais exigente em formação e capacitação, ampliar a rotatividade e inflar o poder de barganha dos sindicatos nos acertos das remunerações e dos benefícios indiretos, como diminuição de jornada, pagamentos de horas extras e concessão de gratificações.

Outro aspecto interessante compreende a maior movimentação de mão de obra nas categorias que percebem até 1,5 SMs mensais. Tal faixa representou 67,0% das admissões e 63,0% dos desligamentos no ano da firme recuperação econômica de 2010, contra 63,0% e 59,0%, respectivamente, no ano de 2008, marcado pelo crescimento antecedente à crise.

Na verdade, os reajustes salariais acima das taxas de inflação no varejo, conquistados pela esmagadora maioria das categorias de profissionais da indústria, por ocasião dos acordos e dissídios coletivos, no transcorrer de mais de meia década, vêm provocando alterações

expressivas na matriz de custos de produção das empresas. A esse respeito, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego e Salário (Pimes), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitem constatar elevação real de quase 30,0% do valor do salário médio pago pelo parque manufatureiro brasileiro entre 2004 e 2010.

Se forem adicionadas as perdas de competitividade sistêmica, ocasionadas por exagerados encargos tributários, financeiros, infraestruturais, burocráticos, cambiais e de gastos públicos correntes (custeio da máquina, salários, encargos e previdência), prevaletentes no Brasil, é fácil compreender o intenso descompasso entre oferta e demanda agregada, coberto por importações, e o diminuto grau de investimento em ativo fixo, sobretudo em segmentos portadores de progresso técnico e/ou multiplicadores de renda. O País investe 1,1% do PIB por ano em Ciência e Tecnologia, contra média superior a 3,0% do PIB das nações emergentes.

Ressalte-se, no caso das despesas governamentais, a influência decisiva exercida pelos encargos da dívida, que, ao lado das rubricas correntes, exigem contínua transferência de renda da órbita privada para a pública, e sufocam a feitura de inversões de maior envergadura e prolongada maturação temporal em capital social básico.

Só a título de ilustração, de acordo com cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a carga tributária brasileira (34,5% do PIB em 2009) é a 14.^a maior do mundo. Caso o País integrasse a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ficaria atrás apenas da Dinamarca (48,2%), Suécia (46,4%), Itália (43,5%) e Bélgica (43,2%), nações que fornecem serviços públicos qualitativamente superiores, sobretudo em saúde, segurança e educação.

Nesse particular, o PAC não pode ser avaliado de maneira diferente que uma peça de retórica. Deixando de lado os investimentos efetuados pelas estatais, sendo quase 90,0% representados por desembolsos da Petrobras, os balanços dos empreendimentos vêm carregados de maquiagens, incorporando até financiamentos habitacionais.

No final das contas, ao priorizar as ações direcionadas à transferência de renda, em lugar das aplicações em educação, saúde e outras inversões, a orientação política privilegiou nitidamente o consumo presente em detrimento da melhoria estrutural da qualidade dos negócios das corporações e da vida das pessoas.

A taxa de desemprego no Brasil, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seis regiões metropolitanas, registrou, em dezembro de 2010, o menor patamar da série histórica iniciada em 2002.

A desocupação de 5,3% da População Economicamente Ativa (PEA), aliada à escassez quase generalizada do fator trabalho e ao substancial recuo do tempo despendido com a procura de emprego, propiciou inclusive a feitura de diagnósticos de ocorrência do fenômeno de pleno emprego no País, que é atingido, conforme a experiência internacional, quando as taxas ficam abaixo de 5,0%. A subida para 6,1% da PEA em janeiro de 2011 não representa ameaça à trajetória cadente, pois situou-se em patamar bem menor que no mesmo mês de 2010 (7,2%).

Mais que isso, o declínio do desemprego de 12,4% da PEA em 2003, ano da acentuada recessão promovida pela gestão Lula para a conquista da credibilidade junto aos mercados, para 8,1% em 2009 e 6,7% em 2010, acompanhado da intensificação da formalização e da verificação de reajustes reais de salários superiores aos ganhos de produtividade, já representaria empecilho ao controle da espiral de preços.

Ressalte-se que a trajetória de preços vem sendo fortemente influenciada pela ampliação da demanda por itens de serviços, para os quais não existe a válvula de escape das importações, e por elementos exógenos. Dentre estes destaca-se a alteração da estrutura de preços relativos, determinada pela subida das cotações das *commodities*, acoplada à impulsão da demanda da China e ao panorama de reduzidos retornos financeiros, ocasionado pelas políticas de juros reais negativos, implementadas pelas nações avançadas, estimulando a migração de excedentes para os fundos lastreados em papéis de produtos primários.

A elevação da massa de salários reais é consequência da rápida reativação do ciclo de negócios no Brasil, depois da superação dos efeitos do colapso do *subprime*, propiciando a restauração do poder de barganha dos trabalhadores organizados e a acentuação da disputa de contratações de contingentes qualificados, pelas empresas, e da valorização do salário mínimo (majoração real superior a 100,0% em 16 anos), favorecendo a impulsão da remuneração da base da pirâmide social.

A despeito da firme etapa de recuperação econômica, parece precipitada a conclusão de ocorrência de pleno emprego no Brasil

Apesar da evidente fase de consolidação da recuperação econômica, depois do mergulho associado à crise externa de 2008-2009, e da constatação de reduzidas margens de ociosidade dos meios de produção em certas regiões e, principalmente, em alguns segmentos dinâmicos, parece precipitada a conclusão de pleno emprego, em face da persistência de pelo menos duas distorções.

A primeira delas corresponde à pronunciada discrepância entre a intensidade de desemprego nas distintas áreas, experimentando o pico de 11,0% em Salvador e o piso de 3,0% em Porto Alegre (a Região Metropolitana de Curitiba, que se situou em 2,3%, não integra o cálculo nacional). Na média de 2010, a desocupação foi de 11,0% em Salvador, 8,7% em Recife e 7,0% em São Paulo.

Os dados da PME retratam um país em estágio de desenvolvimento bastante heterogêneo, marcado por menor grau de precarização das relações de trabalho e maior rendimento médio nos espaços geográficos mais industrializados, e menor dinamismo do mercado e da renda proveniente do esforço produtivo da mão de obra nas áreas do Nordeste, por exemplo.

* Economista, pesquisador do IPARDES.

Mesmo considerando que 80,0% das vagas incrementais de emprego abertas no Brasil na última década sejam formais, mais de 55,0% da população ocupada ainda atua à margem dos direitos constitucionais e é detentora de diminutos níveis educacionais e de qualificação. É preciso atentar que parte relevante do acréscimo do emprego reflete a transformação de ocupação precária em registrada, em razão do ambiente de confiança produzido pela estabilidade econômica.

A segunda anomalia equivale ao caráter parcial da mensuração do desemprego, referindo-se exclusivamente ao parâmetro “aberto e metropolitano”, não englobando as modalidades de trabalho precário, a desocupação por desalento e o comportamento menos previsível das ocupações das bases econômicas do interior do País.

Na verdade, o advento do pleno emprego requereria taxas de expansão mais robustas e qualitativamente superiores dos níveis de atividade, resultantes da discussão e incorporação de avanços na direção da flexibilização da legislação trabalhista, da diminuição dos encargos incidentes sobre a folha de pagamentos, notadamente da contribuição previdenciária, da redução da informalidade e da jornada de trabalho, da maior mobilidade da mão de obra, e da realização de investimentos em educação e capacitação dos trabalhadores, normalmente de longa maturação temporal.

ECONOMIA PARANAENSE: RESULTADOS DE 2010 E PERSPECTIVAS PARA 2011

*Fernando Raphael Ferro de Lima**

Este texto busca apresentar o desempenho da economia paranaense em 2010 e as perspectivas para 2011, a partir da análise dos resultados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF), da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), dos indicadores agropecuários da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab/PR), dos resultados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e das informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O ano de 2010 foi marcado pela recuperação da atividade econômica, com expansão do Produto Interno Bruto (PIB) projetada em 7,6% para o Brasil e 8,3% para o Paraná, de acordo com a mediana das expectativas de mercado do Banco Central (Bacen) e as estimativas preliminares do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). As taxas elevadas de crescimento são explicadas por cinco fatores determinantes: a ampliação do emprego e dos rendimentos do trabalho, o aumento do volume das operações de crédito, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, a retomada das exportações, as condições excepcionais para a produção de grãos, e a reduzida base de comparação, captando o primeiro semestre recessivo de 2009.

Em relação aos rendimentos do trabalho, tomando os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IparDES, constata-se que no período janeiro-novembro de 2010 a massa de rendimentos efetivamente recebidos havia crescido 13,1% na região metropolitana de Curitiba (RMC), em comparação com o mesmo período do ano anterior. A taxa de desocupação fechou o ano no patamar mais reduzido da série histórica (2,8%), mantendo-se abaixo de 5% desde o mês de junho de 2010. Apesar de a amostra da pesquisa estar restrita à RMC, pode-se afirmar que o mercado de trabalho do Estado também exibiu dinamismo, uma vez que os dados do Ministério do Trabalho, referentes às contratações formais, indicam significativo saldo positivo do emprego.

No Brasil, a demanda interna foi favorecida pela expansão do volume de crédito concedido à pessoa física, que, entre janeiro e dezembro de 2010, cresceu 17,7% no País. O crédito destinado a pessoas jurídicas aumentou 16,4% no mesmo período. Nos financiamentos às pessoas físicas destacaram-se, segundo relatório do Bacen, os empréstimos imobiliários e para aquisição de veículos, enquanto naqueles para pessoas jurídicas sobressaíram os recursos para formação de capital de giro. No Paraná, especificamente, o volume de crédito total aumentou 16% em 2010.

Já no que diz respeito às vendas externas, verificou-se o incremento de 26% no valor das exportações no ano passado. Entre os produtos de origem agropecuária destacaram-se o açúcar, com crescimento de 61,4%, e os cereais, com crescimento de 58,6%. Com tendência semelhante, os produtos manufaturados avançaram significativamente, devendo ser citados os materiais de transporte e componentes, e as máquinas e instrumentos mecânicos, que contabilizaram expansão de 49,7% e 46,6%, respectivamente (tabela 1).

A conjunção de condições favoráveis possibilitou, em 2010, alta de 14,2% na produção física da indústria e alta nas vendas do comércio varejista de 9,2%. No comércio varejista ampliado a alta foi de 13,5%, acima da média nacional, explicada pela desenvoltura das vendas de automóveis e materiais de construção, que acumularam altas de 18,4% e 17,5%, respectivamente.

* Geógrafo, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Análise Conjuntural do IPARDES.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO OS PRINCIPAIS SEGMENTOS - PARANÁ - 2008-2010

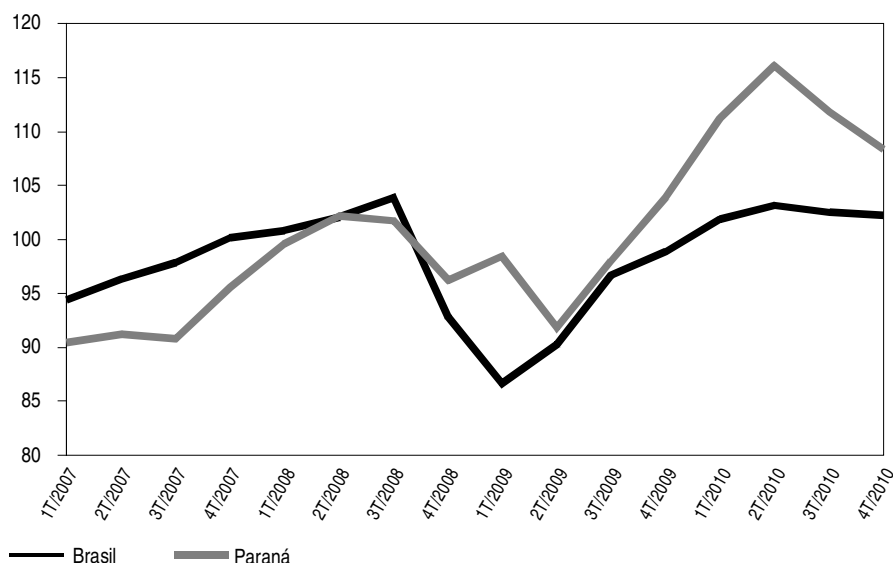
PRODUTOS	EXPORTAÇÕES				
	2010		2009		2008
	Valor (US\$ milhões)	Var. (%)	Valor (US\$ milhões)	Var. (%)	Valor (US\$ milhões)
Complexo soja	3 856,77	17,8	3 273,49	-24,9	4 357,70
Material de transporte e componentes	2 185,17	49,7	1 459,94	-41,7	2 506,16
Complexo carnes	1 914,90	15,2	1 662,28	-17,6	2 018,00
Açúcar	1 131,12	61,4	700,86	31,7	532,21
Madeiras e manufaturas de madeira	647,20	21,7	531,78	-38,6	866,56
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	637,26	46,6	434,61	-45,2	792,60
Cereais	505,51	58,6	318,71	-27,6	440,18
Demais produtos	504,03	11,1	453,74	-28,9	638,58
Produtos químicos	464,08	18,3	392,31	-19,3	486,22
Papel e celulose	428,05	24,0	345,11	-22,9	447,66
Petróleo e derivados	352,68	9,9	321,01	-31,9	471,26
Café	309,13	17,4	263,25	-16,0	313,35
Álcool etílico, não desnaturado	216,03	18,3	182,54	-41,6	312,47
Materiais elétricos e eletrônicos	193,02	12,1	172,13	-17,6	208,86
Calçados e couro	190,63	90,3	100,15	-15,9	119,04
Subtotal	13 535,58	27,5	10 611,91	-26,9	14 510,85
TOTAL	14 176,01	26,3	11 222,83	-26,3	15 225,74

FONTE: MDIC/Secex

Na agropecuária paranaense o ano foi marcado por condições climáticas extremamente favoráveis para o cultivo de grãos, cuja produção cresceu 32,9% em relação à safra anterior. O valor bruto de produção cresceu menos (23,2%), o que pode ser atribuído à queda de preços em relação a 2009, resultante da conjuntura recessiva entre os grandes compradores de produtos brasileiros. O abate de animais também apresentou resultado favorável, em especial o de bovinos, com aumento de 24,8%. Suínos e aves apresentaram crescimento de 3,6% e 3,1%, respectivamente, nos primeiros onze meses de 2010, em comparação a igual período do ano anterior.

Esse conjunto de informações permite compreender as razões para o resultado extremamente favorável da economia paranaense e brasileira em 2010. Contudo, quando se observa o comportamento dessas variáveis ao longo do ano, nota-se uma desaceleração da atividade econômica no segundo semestre (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - ÍNDICE TRIMESTRAL DESSAZONALIZADO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - PARANÁ E BRASIL - 2007-2010



FONTE: IBGE

NOTA: A base é a média de 2008 = 100.

Esse fato reflete a estrutura industrial do Estado. A recuperação da indústria, a partir do segundo trimestre de 2009, se explica principalmente pelos incentivos fiscais e financeiros empregados na política anticíclica do governo federal. Entretanto, com a retirada dos incentivos fiscais à fabricação de veículos automotores, o aumento gradual das taxas de juro e as medidas para reduzir a expansão do crédito às pessoas físicas, a atividade industrial passou a recuar a taxas mais intensas que as brasileiras. No trimestre julho-setembro de 2010 houve retração da produção industrial de -3,6% em relação ao trimestre imediatamente anterior no Estado, frente à queda de -0,6% no Brasil. Ainda assim, a produção industrial no Paraná situou-se, no final de 2010, 8,3% acima da média de 2008, contra apenas 2,4% no Brasil.

No comércio, assim como na indústria, a crise foi sentida já no último trimestre de 2008, com queda nas vendas de -0,8% no Brasil e -0,5% no Paraná. Desde então, o índice agregado para o País tem mantido taxas positivas, apesar de uma evidente redução do ritmo no final de 2010. As vendas de outubro-dezembro de 2010 mantiveram-se praticamente estáveis em relação a julho-setembro do mesmo ano, indicando desaceleração da atividade no Estado.

Para o início de 2011, pode-se esperar uma continuidade do processo de desaceleração da atividade econômica, dado que as estimativas da Seab/PR para a safra paranaense de 2010/2011 apontam redução de -6,3% na primeira safra de grãos, explicada pela queda de -20,5% na produção de milho (tabela 2).

TABELA 2 - ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA - PARANÁ - 2010-2011

CULTURA	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)		
	2009/2010	2010/2011	%	2009/2010	2010/2011	%
Feijão (1.ª safra)	322 012	340 172	5,6	489 588	522 235	6,7
Milho (1.ª safra)	896 318	734 734	-18,0	6 782 443	5 389 764	-20,5
Soja (1.ª safra)	4 374 325	4 501 588	2,9	13 926 828	13 940 212	0,1
Outros grãos	46 576	45 770	-1,7	179 338	181 097	1,0
TOTAL (1.ª safra)	5 639 231	5 622 264	-0,3	21 378 197	20 033 308	-6,3

FONTE: Seab

Para a segunda safra é esperado aumento de apenas 1% na quantidade colhida de milho, insuficiente para compensar a redução da primeira safra, além da retração de -17% na produção de trigo, o principal grão de inverno. Embora o peso relativo da agropecuária no PIB do Estado seja inferior a 10%, sua dinâmica influencia os diversos setores da economia. A projeção de uma safra menor afeta o resultado de setores como fabricação de máquinas e implementos agrícolas, fabricação de fertilizantes, e a atividade comercial, sobretudo nas pequenas e médias cidades do interior.

A política contracionista desenhada pelo governo federal neste início de ano, que tem como objetivo o controle da inflação através do aumento da taxa Selic e do corte de gastos, deve provocar a redução do ritmo de crescimento da economia nacional. No Brasil e no Paraná, a indústria e o comércio deverão apresentar resultados positivos, embora, muito provavelmente, menos pronunciados que os de 2010, dado que as restrições impostas à expansão do crédito e a redução do gasto público afetarão a demanda agregada, enquanto o câmbio valorizado continuará a impor limites ao crescimento das exportações industriais. Diante disso, é esperado que a taxa de crescimento seja reduzida dos estimados 7,6%, em 2010, para 4,5%, em 2011.

O PIB PARANAENSE EM 2010

Ricardo Kureski*

A economia paranaense apresentou crescimento de 8,3% em 2010, o melhor obtido na série histórica iniciada em 1995, calculada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após uma variação negativa (-1,2%), registrada em 2009. O resultado demonstra a recuperação da economia do Estado após a crise internacional em 2009. O crescimento foi superior ao da economia brasileira, de 7,5% (tabela 1).

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL E PARANÁ, A PREÇOS CORRENTES DE MERCADO - 1995-2010

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ milhões)		PARTICIPAÇÃO PR/BR (%)	VARIÇÃO REAL ANUAL (%)	
	Brasil	Paraná		Brasil	Paraná
1995	705 641	40 194	5,7
1996	843 966	48 199	5,7	2,15	5,36
1997	939 147	53 014	5,6	3,38	1,54
1998	979 276	57 101	5,8	0,04	3,20
1999	1 065 000	63 389	6,0	0,25	0,50
2000	1 179 482	69 131	5,9	4,31	5,38
2001	1 302 135	76 413	5,9	1,31	3,83
2002	1 477 822	88 407	6,0	2,66	1,98
2003	1 699 948	109 459	6,4	1,15	4,47
2004	1 941 498	122 434	6,3	5,71	5,02
2005	2 147 239	126 677	5,9	3,16	-0,01
2006	2 369 484	136 615	5,8	3,96	2,01
2007	2 661 345	161 582	6,1	6,09	6,74
2008	3 031 864	179 270	5,9	5,16	4,28
2009	⁽²⁾ 3 185 125	⁽¹⁾ 189 269	5,9	⁽²⁾ -0,60	⁽¹⁾ -1,20
2010	⁽²⁾ 3 674 964	⁽¹⁾ 220 368	6,0	⁽²⁾ 7,50	⁽¹⁾ 8,30

FONTE: IBGE/IPARDES - Contas Regionais do Brasil

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) O resultado para o Estado do Paraná nos anos 2009 e 2010 são estimativas preliminares do IPARDES.

(2) Dados do PIB Brasil, de 2009 e 2010, calculados pelo IBGE a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Um dos fatores que levaram ao bom desempenho da economia paranaense em 2010 foi o aumento da produção dos principais produtos agrícolas. Houve crescimento de 35,59% na produção de trigo, 10,01% na de soja, 21,01% na de milho e 39,88% na de café (tabela 2). Na cultura da cana-de-açúcar ocorreu uma pequena retração na produção de -0,05%. O excelente desempenho da agricultura paranaense foi decorrente dos fatores climáticos e do aumento de produtividade, sendo o estado do Paraná, em 2010, líder na produção nacional de grãos, com uma participação de 21,6%, conforme dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

TABELA 2 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - 2009 E 2010

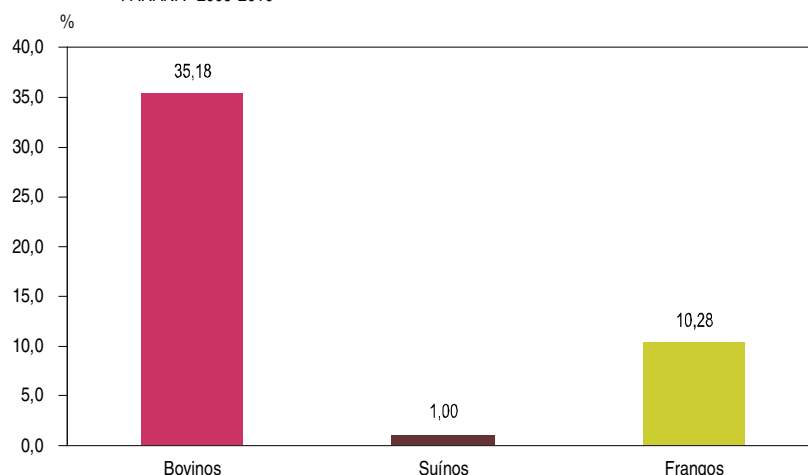
PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		VARIÇÃO (%)
	2009	2010	
Café	89 213	124 793	39,88
Cana-de-açúcar	55 331 668	55 306 548	-0,05
Milho	11 190 936	13 541 944	21,01
Soja	4 077 052	4 485 057	10,01
Trigo	2 482 776	3 366 393	35,59

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Na produção da pecuária, ocorreu significativo aumento no abate de bovinos e frangos (gráfico 1). No caso da bovinocultura, a ampliação no volume abatido foi de 35,18%. A razão para o forte incremento no abate está no crescimento do mercado interno, impulsionado pelo aumento da renda dos consumidores da classe C (renda familiar entre R\$ 1.500 e R\$ 4.000,00 por mês). Observa-se também uma expressiva ampliação no abate de frango, de 10,38%. Este resultado é decorrente da ampliação das exportações paranaenses de carne de frango *in natura*, que saltaram de US\$ 1,213 bilhão, em 2009, para US\$ 1,481 bilhão, em 2010, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/Secex). Finalizando, o abate de suínos, que atende à demanda interna, apresentou um crescimento de 1,0%.

GRÁFICO 1 - VARIACÃO PERCENTUAL DO VOLUME DE ABATE DE BOVINOS, SUÍNOS E FRANGOS - PARANÁ - 2009-2010



FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais

NOTA: A produção compreende o período acumulado de janeiro a setembro de 2009 a 2010.

No que se refere à produção física da indústria de transformação, o Paraná anotou crescimento de 14,2% em 2010 (tabela 3). Dentre as atividades industriais que se destacaram, figuram veículos automotores (57,59%), mobiliário (27,95%) e máquinas e equipamentos (24,52%). No caso de veículos automotores, a impulsionamento é explicada tanto pela expansão das vendas internas quanto das exportações. Também cabe destacar o crescimento de 8,27% da produção da indústria de alimentos, o setor mais importante do Estado.

Porém, a expansão da indústria de transformação foi comprometida pela variação negativa da produção do segmento de refino de petróleo e álcool, devido à parada técnica da Refinaria da Petrobrás (Repar), em Araucária, que, junto com o segmento de alimentos e veículos automotores, representam a maior parte da produção industrial paranaense.

TABELA 3 - VARIACÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - 2010

ATIVIDADE	VARIACÃO (%)
Indústria geral	14,2
Indústria de transformação	14,2
Alimentos	8,27
Bebidas	10,64
Madeira	10,03
Celulose, papel e produtos de papel	5,32
Edição, impressão e reprodução de gravações	4,03
Refino de petróleo e álcool	-8,41
Outros produtos químicos	-13,96
Borracha e plástico	5,31
Minerais não-metálicos	5,23
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	21,61
Máquinas e equipamentos	24,52
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10,92
Veículos automotores	57,59
Mobiliário	27,95

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

Em paralelo à recuperação das exportações, verificou-se crescimento de 13,15% nas vendas do comércio varejista ampliado, que inclui as vendas de veículos automotores e de material de construção, em 2010. Conforme demonstra a tabela 4, o ramo de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação destacou-se com expansão de 36,88%. Em seguida vem o de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, que contabilizou incremento de 19,25%, um pouco acima do resultado do segmento de veículos, motocicletas, partes e peças (18,39%). Em todos esses casos foi pronunciada a influência positiva da ampliação dos rendimentos reais dos trabalhadores, assim como do aumento do crédito.

TABELA 4 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO - PARANÁ - 2010/2009

RAMO	VARIAÇÃO (%)
Combustíveis e lubrificantes	0,51
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,7
Hipermercados e supermercados	5,48
Tecidos, vestuário e calçados	4,76
Móveis e eletrodomésticos	16,02
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	19,25
Livros, jornais, revistas e papelaria	15,53
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	36,88
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	15,37
Veículos, motocicletas, partes e peças	18,39
Material de construção	17,48
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	13,15

FONTA: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Por fim, são apresentados os dados de consumo de óleo diesel no Paraná, variável que apresenta correlação com o desempenho da economia. Isto porque o aumento da produção agrícola e industrial necessita de transporte para chegar ao consumidor final. A recuperação, em 2010, das atividades da agropecuária, indústria e de serviços, como já foi destacado, resultou na expansão do PIB paranaense de 8,3%, alavancando a atividade de transporte e, conseqüentemente, o consumo de óleo diesel, que cresceu 10,19% (tabela 5).

TABELA 5 - VENDAS DE ÓLEO DIESEL NO PARANÁ - 2007-2010

MESES	ÓLEO DIESEL (m³)			
	2007	2008	2009	2010
Janeiro	257 835	277 039	276 077	283 368
Fevereiro	288 831	306 203	292 071	338 194
Março	367 933	361 613	356 752	401 269
Abril	288 377	343 679	330 960	341 684
Maio	295 134	328 724	315 990	339 862
Junho	310 870	339 412	321 965	347 768
Julho	309 806	345 278	319 251	367 465
Agosto	346 730	332 764	327 465	384 734
Setembro	315 517	357 876	329 345	373 439
Outubro	348 680	347 526	349 356	370 793
Novembro	307 088	307 482	321 683	353 191
Dezembro	269 180	282 618	313 051	...
TOTAL	3 705 979	3 930 213	3 853 964	3 901 768

FONTA: ANP

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

Por tudo isso, não há dúvida quanto à pujança econômica do Paraná no ano passado, sendo difícil repetir, no exercício de 2011, um resultado similar, uma vez que as condições macroeconômicas, principalmente fiscais e monetárias, são inegavelmente menos favoráveis.

O período de recessão internacional, iniciado em 2008, é marcado pela retração ou estagnação da demanda por carnes nos mercados dos países desenvolvidos e pelo crescimento do consumo em mercados emergentes. O cenário brasileiro de produção e exportação reflete bem essa conjuntura. Protagonista no fluxo de comércio internacional de carne de frango, o Brasil enfrenta a claudicante demanda e o recrudescido protecionismo dos mercados tradicionais, que contrastam com o vigor da exportação para países em desenvolvimento – calcada na elevação da renda e na crescente urbanização – e das vendas internas, impulsionadas pelo crescimento dos rendimentos dos trabalhadores. Na primeira década do século, a carne de frango passou a ser a mais consumida no Brasil, ultrapassando a bovina. Em 2010, o consumo anual *per capita* de carne de frango foi 44% superior ao registrado em 2001.

A expansão do mercado interno permite que os exportadores negociem contratos sob menor pressão, mas as perspectivas de médio e longo prazos dependem de negociações bilaterais e multilaterais, reformas na burocracia e crescente internacionalização dos frigoríficos brasileiros. As boas perspectivas da produção nacional de carne de aves pode ser constatada pelo seu desempenho recente.

Em 2009, o Brasil teve 26,80% de participação no comércio internacional de carne de frango, resfriada ou congelada, de acordo com dados da divisão de estatísticas da Organização das Nações Unidas (*United Nations Commodity Trade Statistics*). Entre 2005 e 2009, o crescimento dessa participação foi propiciado por uma expansão anual de 15%.

Os demais grandes exportadores (Estados Unidos, Países Baixos, França, Alemanha, Bélgica) sustentam suas posições, via de regra, graças à concessão de subsídios, imposição de tarifas alfandegárias e de barreiras burocráticas. A posição de Hong Kong no comércio internacional de carne de frango expõe o nebuloso trânsito de mercadorias que ocorre nessa província chinesa, influenciado pela localização, nesse território, do oitavo maior porto do mundo em volume de cargas, de acordo com a Associação Americana de Autoridades Portuárias.

O acordo que devolveu a província à China, em 1997, prevê um regime alfandegário distinto do utilizado no restante do país. Assim, Hong Kong é o oitavo maior exportador (tabela 1) e, simultaneamente, o terceiro maior importador de carne de frango. Uma vez que a China impõe estritas barreiras fitossanitárias, muitos importadores de Hong Kong repassam ilegalmente as cargas para o continente. A situação mostra que os canais oficiais de distribuição chineses estão longe de suprir adequadamente a demanda. Lentamente, o governo daquele país vem tomando providências, explicando o caso dos 41 frigoríficos brasileiros que estão sob o processo de análise e certificação para exportarem carne de frango para a China. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apenas 25 estabelecimentos nacionais estão, presentemente, certificados.

Esse mercado é particularmente importante porque as perspectivas de crescimento de negócios, até o final da década, são especialmente favoráveis. O *Food And Agricultural Policy Research Institute* (Fapri), do Departamento de Economia da Iowa State University, estima que a importação de carne de frango combinada, de China e Hong Kong, será, em 2019, 86,49% superior à registrada em 2009. Em 2010, autoridades chinesas impuseram uma sobretaxa à importação de carne de frango norte-americana. Formalmente uma medida *antidumping*, a decisão foi tomada como retaliação à elevação das alíquotas de importação de pneus chineses pelos Estados Unidos. Assim, 52,7% da carne de frango importada pela China, no ano passado, foi produzida no Brasil.

A Rússia também possui grande potencial de crescimento de consumo. Contudo, o país tem imposto cotas de importação e subsidiado a produção local, com o objetivo de minimizar a dependência no setor de carnes em geral. A perenidade dessa estratégia esconsa depende, em grande parte, do processo de admissão da Rússia à Organização Mundial de Comércio (OMC). Tais medidas violam, em princípio, as regras da entidade. Há, entretanto, leniência da OMC com novos membros e concessão de prazos para adaptação aos seus regulamentos.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - EXPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO, RESFRIADA OU CONGELADA, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES FORNECEDORES - 2009

PAÍS	EXPORTAÇÃO			
	Valor (US\$ FOB mil)	Part. (%)	Quantidade (t)	Part. (%)
Brasil	4 945 425	26,80	3 344 353	28,23
Estados Unidos	3 850 989	20,87	3 738 457	31,56
Países Baixos	1 764 484	9,56
França	1 183 288	6,41	482 465	4,07
Alemanha	879 424	4,77	382 285	3,23
Bélgica	811 542	4,40	372 697	3,15
Polônia	617 595	3,35	198 616	1,68
Hong Kong	604 040	3,27	495 554	4,18
Hungria	367 842	1,99	294 684	2,49
Reino Unido	357 830	1,94	256 728	2,17
Itália	336 563	1,82	115 048	0,97
China	335 684	1,82	173 807	1,47
Outros	2 400 874	13,01	2 192 047	18,50
TOTAL	18 455 580	100,00	11 846 741	100,00

FONTE: United Nations Commodity Trade Statistics

NOTAS: Elaborado pelo IPARDES.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

O incentivo governamental à produção local não desaqueceu a importação. Entre os biênios 2001-2002 e 2008-2009, as compras russas de carne de aves no mercado externo cresceram 54,17% (tabela 2). Em 2010, esse mercado mostrou-se particularmente promissor para os produtores brasileiros.

TABELA 2 - IMPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES COMPRADORES - MUNDO - BIÊNIO 2001-2002 E 2008-2009

PAÍS COMPRADOR	BIÊNIO 2001-2002		BIÊNIO 2008-2009		Variação (%)
	VALOR (US\$ FOB 1.000)	Part. (%)	VALOR (US\$ FOB 1.000)	Part. (%)	
China (incl. Hong Kong e Macau)	2 287 227	13,25	4 465 747	11,49	95,25
Reino Unido	1 672 918	9,69	2 791 839	7,18	66,88
Alemanha	1 855 056	10,75	2 660 109	6,84	43,40
Federação Russa	1 575 715	9,13	2 429 256	6,25	54,17
Arábia Saudita	719 374	4,17	2 120 977	5,46	194,84
Japão	1 839 759	10,66	2 251 313	5,79	22,37
França	566 478	3,28	1 790 329	4,61	216,05
México	544 239	3,15	1 452 129	3,74	166,82
Países Baixos	526 598	3,05	1 393 673	3,59	164,66
Emirados Árabes Unidos	288 423	1,67	1 062 615	2,73	268,42
Bélgica	466 119	2,70	833 174	2,14	78,75
Iraque	15	0,00	690 310	1,78	(1)
Espanha	322 787	1,87	687 210	1,77	112,90
Vietnã	3 539	0,02	432 998	1,11	(1)
Canadá	296 265	1,72	596 896	1,54	101,47
Kuwait	130 654	0,76	623 280	1,60	377,05
Áustria	188 494	1,09	591 580	1,52	213,85
Irlanda	207 310	1,20	521 843	1,34	151,72
Romênia	114 226	0,66	431 353	1,11	277,63
Ucrânia	92 524	0,54	555 094	1,43	499,95
Suíça	224 777	1,30	410 242	1,06	82,51
Outros	3 566 437	20,66	10 075 693	25,92	182,51
TOTAL	17 264 157	100,00	38 867 660	100,00	125,14

FONTE: Brazil Trade Net/ International Trade Center, com estatísticas do UN COMTRADE

NOTA: Elaborado pelo IPARDES.

(1) Variação superior a 1.000%.

Autoridades russas implantaram medidas fitossanitárias que vetaram a importação de carne de aves que tenha sido limpa com a aplicação de cloro e seus derivados, o que limitou severamente os embarques oriundos dos Estados Unidos, onde o processo é largamente utilizado. Desta forma, a exportação brasileira de carne de aves para aquele país alcançou mais de US\$ 263 milhões em 2010 (tabela 3), valor 121,1% superior ao registrado no ano anterior. No ano passado, a variação do volume vendido à Rússia foi 85,91% maior do que no ano de 2009. A distância entre as variações de valor e *quantum* mostra a elevação da cotação internacional desse grupo de produtos. Teoricamente, o Brasil beneficia-se de tratamento diferenciado para a venda de carne de aves por estar incluído no Sistema Nacional de Preferência russo, que prevê redução de 25% na alíquota de importação. O benefício foi concedido em troca do apoio brasileiro à entrada da Rússia na OMC, mas sua aplicabilidade tem sido questionável, em particular nos embarques de carnes de aves e de suínos. Negociadores brasileiros esperam que tal redução seja efetivamente implementada quando da adesão definitiva da Rússia à OMC, e que seja mantida por cinco anos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA E PARANAENSE DE CARNE DE AVES, SEGUNDO PAÍSES DE DESTINO - PARANÁ E BRASIL - 2010

PAÍS DE DESTINO	PARANÁ		BRASIL		PART. PR/ BR (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Arábia Saudita	340 452 031	22,52	916 047 100	15,39	37,17
Japão	179 470 502	11,87	910 005 198	15,29	19,72
China (incl. Hong Kong e Macau)	217 241 971	14,37	721 047 894	12,11	30,13
Emirados Árabes Unidos	112 807 935	7,46	351 389 615	5,90	32,10
Venezuela	47 986 381	3,17	282 891 523	4,75	16,96
Kuwait	72 685 948	4,81	271 653 832	4,56	26,76
Federação Russa	41 341 963	2,73	263 017 942	4,42	15,72
Egito	57 647 024	3,81	197 180 209	3,31	29,24
África do Sul	52 748 183	3,49	183 441 008	3,08	28,75
Iraque	34 874 945	2,31	158 250 133	2,66	22,04
Países Baixos	23 618 759	1,56	157 294 229	2,64	15,02
Cingapura	23 843 332	1,58	140 959 939	2,37	16,91
Angola	17 282 511	1,14	112 038 494	1,88	15,43
Iêmen	26 684 235	1,77	94 438 110	1,59	28,26
Catar	24 350 210	1,61	78 558 832	1,32	31,00
Coreia do Sul	18 135 631	1,20	77 736 502	1,31	23,33
Omã	21 243 420	1,41	75 494 914	1,27	28,14
Irã	1 303 829	0,09	71 937 039	1,21	1,81
Jordânia	13 204 254	0,87	71 524 230	1,20	18,46
Canadá	14 064 538	0,93	53 417 385	0,90	26,33
Outros	170 609 965	11,29	763 702 873	12,83	22,34
TOTAL	1 511 597 567	100,00	5 952 027 001	100,00	25,40

FONTE: MDIC/Secex

NOTA: Elaborado pelo IPARDES.

Dentre os grandes importadores mundiais, a estimativa de baixo crescimento das compras japonesas (2,44%), calculada pela Fapri, contrasta com a expectativa de vultosa expansão das aquisições mexicanas (20,2%), sul-africanas (19,6%) e sauditas (17,07%). A inserção no mercado mexicano será facilitada pelo interesse do país em firmar tratado de livre comércio com o Brasil. África do Sul e Arábia Saudita são tradicionais clientes brasileiros. Infelizmente, os negócios com os sul-africanos têm sido conturbados nos dois últimos anos, diante da insistência de produtores locais em apresentarem pouco plausíveis acusações de *dumping* brasileiro. A competição para suprir essa nova demanda se dará com os Estados Unidos e com a Tailândia, que paulatinamente recupera fatias de mercado perdidas com a ocorrência de casos de gripe aviária, em 2004.

Dois grandes obstáculos impõem-se aos produtores nacionais no tocante à sua estrutura de custos de curto prazo. O primeiro diz respeito à elevação do preço do milho no mercado interno, pressionado pela elevação na cotação internacional e nas limitações de oferta em alguns estados. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) tem realizado leilões regularmente, desde o final do ano passado, com o intuito de restringir a ascensão de preços. A tendência de

alta pode ser percebida pelo fato de que a Conab colocou no mercado, no trimestre encerrado em janeiro deste ano, 1,6 milhão de toneladas dos estoques públicos. Ainda assim, entre janeiro de 2010 e janeiro de 2011 o preço da saca de milho sofreu variação de 60%. Estima-se que a Conab ainda disponha de 4,5 milhões de toneladas estocadas.

O segundo obstáculo refere-se à implantação da Lei 12.350, de 20 de dezembro de 2010. Ela desobrigou de recolhimento de contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) a produção de mercadorias a serem consumidas na próxima Copa do Mundo de futebol. No rol de produtos desonerados, estão incluídas as carnes de aves e suínos. Toda a cadeia de produção, do fornecimento de grãos aos frigoríficos, está contemplada. Contudo, a promulgação gerou um grande problema operacional para os produtores de ração animal. Proporção significativa dos insumos utilizados na preparação de ração destinada às categorias desoneradas também é alocada na produção de material indicado para a alimentação de bovinos, peixes e animais domésticos. A separação dos insumos designados para cada linha de produção, dentro da fábrica, é irrealista. Em um período de elevação da cotação do milho, a desoneração tributária da fabricação de ração – e a consequente queda de seus preços – seria bem-vinda pelos produtores de aves. Do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), geralmente célere no esclarecimento sobre a exequibilidade de nova legislação, depende a eficácia da medida, benéfica ao setor. A avicultura demanda 47% da ração animal consumida no País. No ano passado, a produção total da indústria foi 4% superior à de 2009.

AGROINDÚSTRIA

Programa de sustentação do investimento é prorrogado

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), previsto para ser extinto em dezembro do ano passado, foi prorrogado até março deste ano. O programa federal financia a aquisição de colheitadeiras, com prazo de até dez anos e taxa de juros anual de 5,5%. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, R\$ 2 bilhões foram liberados para o programa desde julho de 2010.

O programa foi parcialmente responsável pelo bom desempenho da indústria de máquinas e equipamentos agrícolas. As empresas do segmento estimam que 69 mil máquinas tenham sido comercializadas no ano passado, a segunda maior marca histórica.

COM sobrevida até março, PSI promete mais vendas. Gazeta do Povo, Curitiba, 21 dez. 2010. Caminhos do Campo, p. 2.

Sociedade entre cooperativa francesa e Sementes Guerra

A cooperativa francesa Limagrain adquiriu 70% da divisão de sementes de milho da Sementes Guerra, empresa sediada em Pato Branco, no Sudoeste Paranaense. A transferência de capital faz parte da criação de uma nova companhia, a Limagrain Guerra, que investirá na produção de sementes híbridas de milho para toda a América do Sul. O empreendimento prevê a construção de um centro de pesquisa e desenvolvimento em Londrina, Região Norte Central do Estado.

A Sementes Guerra também produz sementes de soja e trigo. A Limagrain é a maior produtora de sementes de milho da Europa. Estima-se que o investimento na parceria alcance R\$ 91 milhões.

INACIO, Alexandre. Francesa compra 70% da área de milho da Guerra. Valor Econômico, São Paulo, 10 fev. 2011. Empresas, p. B13.

SEMENTES Guerra se une a empresa francesa e anuncia investimento de R\$ 91 milhões. Gazeta do Povo, Curitiba, 15 fev. 2011. Caminhos do Campo, p. 3.

Cocari investe R\$ 55 milhões

A Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cocari), sediada em Mandaguari (Região Norte Central Paranaense), investiu R\$ 55 milhões na modernização de suas duas unidades de fiação, na construção de uma fábrica de ração para animais domésticos – a ser inaugurada em março deste ano – e na implantação, até o final do próximo ano, de um novo abatedouro avícola.

A Cocari estima reunir 180 aviários integrados até 2013, provendo capacidade combinada de alojamento superior a 30 mil aves. A cooperativa registrou faturamento anual de R\$ 500 milhões em 2010 e estima alcançar 700 milhões em 2011. Os investimentos executados fazem com que a Cocari espere receita superior a R\$ 1 bilhão em 2013.

LOPES, Fernando. Cocari, do norte do Paraná, investe para faturar R\$ 1 bi. Valor Econômico, São Paulo, 24 fev. 2011. Empresas, p. B12.

* Elaborado com informações disponíveis de 11/12/2010 a 28/02/2011.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

INDÚSTRIA

Movix implantará fábrica em Pato Branco

Fabricante de aparelhos de navegação através de *Global Positioning System* (GPS), a Movix implantará uma unidade industrial no município de Pato Branco, na Região Sudoeste Paranaense.

Estima-se que o investimento necessário para a instalação da fábrica seja de R\$ 2 milhões e que sejam produzidos 600 mil aparelhos anualmente. A unidade incorporará o setor de desenvolvimento de software, atualmente em São Paulo.

TAVARES, Osny. Pato Branco terá fábrica de GPS em 2011. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 dez. 2010. p. 20.

MVC produzirá 1,3 mil casas

Sediada em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, a MVC Soluções em Plásticos firmou contratos para a produção de 1,3 mil casas de plástico. As residências serão montadas em conjuntos habitacionais nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, em cooperação com incorporadoras e construtoras locais. São imóveis passíveis de aquisição através de programa federal de financiamento habitacional (Minha Casa Minha Vida). A planta de São José dos Pinhais fabrica as lâminas de plástico, que são montadas sobre estruturas metálicas e reforçadas com gesso, poliestireno estendido e fibra de vidro. Possui capacidade de produzir, anualmente, lâminas para a construção de 4 mil casas.

A divisão de construção civil da MVC respondeu por cerca de 18% do faturamento da empresa em 2010. A expectativa da companhia é de que passe a representar 40% do faturamento em 2011, estimado em R\$ 220 milhões. A MVC espera, ainda, iniciar a exportação de seus produtos para o Chile neste ano.

BUENO, Sérgio. MVC vai produzir 1,3 mil casas para programa Minha Casa Minha Vida. *Valor Econômico*, São Paulo, 29 dez. 2010. Empresas, p. B6.

Tremec investe em São José dos Pinhais

A companhia de capital mexicano Tremec, fabricante de caixas de câmbio para veículos automotores, construirá uma unidade industrial em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba.

GUIMARÃES FILHO, Carlos. Paraná e SP disputam nova fábrica sueca. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 jan. 2011. p. 23.

GX-Audio instalará fábrica em Pato Branco

O município de Pato Branco, na Região Sudoeste Paranaense, hospedará uma fábrica de componentes eletrônicos da Guangzhou Guangxing Electronic Corporation, proprietária da marca GX-Audio. A empresa investirá aproximadamente R\$ 10 milhões para iniciar a fabricação de peças utilizadas na montagem de alto-falantes e planeja diversificar a linha de produtos em um futuro próximo.

As instalações serão construídas em área doada pela prefeitura local. A GX-Audio planeja exportar parte de sua produção a partir de 2012.

CRUZ, Luiz Carlos. Chineses investem R\$ 10 mi em Pato Branco. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 29 jan. 2011. p. 18.

Volvo nacionalizará produção de motor e câmbio

No final deste ano, a fábrica da Volvo em Curitiba passará a fabricar novos modelos de motor e câmbio, atualmente importados da Suécia. Esse modelo de caixa de câmbio equipa ônibus e 60% dos caminhões vendidos pela empresa no Brasil. O novo modelo de motor, de 11 litros, é o único utilizado pela Volvo que ainda não é fabricado no Brasil.

A multinacional sueca estima que serão necessários R\$ 25 milhões para implantação das linhas de produção desses equipamentos. A empresa planeja, ainda, alocar aproximadamente R\$ 50 milhões na duplicação da área de seu centro de armazenamento e distribuição.

A produção local desses componentes permitirá que os caminhões mantenham índice de nacionalização superior a 60%, condição necessária para que sejam financiados através do Finame, programa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Brasil é o principal mercado de caminhões pesados da empresa – no ano passado foram vendidas 16 mil unidades. A subsidiária brasileira exportou 911 ônibus e cerca de 2.700 caminhões em 2010, quando alcançou faturamento de R\$ 6,8 bilhões, 74% superior ao registrado no ano anterior.

LAGUNA, Eduardo; OLMOS, Marli. Volvo eleva índice de peças feitas no Brasil. Valor Econômico, São Paulo, 09 fev. 2011. Empresas, p. B7.

SILVA, Cleide. Volvo vai produzir no País câmbio eletrônico. O Estado de S. Paulo, 09 fev. 2011. Economia, p. B13.

CNH investirá R\$ 1,7 bilhão no Brasil

Divisão do grupo Fiat, a CNH estima investimento, até 2014, de R\$ 1,7 bilhão em suas quatro unidades industriais brasileiras, dentre as quais a unidade instalada em Curitiba. Controladora das marcas Case e New Holland, a CNH espera expandir em 50% sua capacidade instalada para a produção de maquinário para construção e em 30% a estrutura de fabricação de equipamento agrícola.

A planta paranaense fabrica tratores e colheitadeiras de grãos. Em 2010, a companhia registrou, globalmente, faturamento de US\$ 3, 75 bilhões.

INACIO, Alexandre. CNH planeja investir R\$ 1,7 bi no Brasil até 2014. Valor Econômico, São Paulo, 16 fev. 2011. Empresas, p. B12.

Brose implantará novas linhas de produção em São José dos Pinhais

A subsidiária brasileira da Brose, fabricante alemã de componentes automotivos, investirá R\$ 35 milhões em sua unidade industrial em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Para essa fábrica serão transferidas linhas de produção que atualmente funcionam em Salto (SP). No Brasil desde 1997, a Brose produz sistemas de portas, mecanismos de acionamento de vidros, estruturas para bancos e motores para fluxo de ar e para outros fins.

A unidade paranaense, que conta com instalações de 12 mil metros quadrados, deve receber ampliação superior a 70% de sua área construída. As fábricas da Brose no Brasil produzem cerca de 15 milhões de peças anualmente e foram responsáveis, em 2010, por aproximadamente 5% da receita da companhia.

LIMA, Marli. Brose investe R\$ 35 milhões para transferir linhas de SP para PR. Valor Econômico, São Paulo, 22 fev. 2011. Empresas, p. B8.

Mondragon adquire fábrica da Aksys em São José dos Pinhais

O Grupo Mondragon, de capital espanhol, adquiriu o controle da multinacional alemã Aksys e assumirá a operação de sua fábrica em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A unidade produz peças plásticas para montadoras de automóveis e foi renomeada como FPK do Brasil Componentes Automotivos. No ano passado, 80% da produção foi destinada ao mercado interno e 20% embarcada para a Argentina.

A empresa, especializada na fabricação de peças de plástico estrutural, resistentes a ponto de substituírem as de aço, planeja implantar novas linhas de produção a partir de 2012.

JASPER, Fernando. Espanhóis assumem fábrica em São José dos Pinhais. Gazeta do Povo, Curitiba, 23 fev. 2011. p. 22.

Techint reativa estaleiro

A multinacional italiana Techint Engenharia e Construção reativará seu estaleiro no município de Pontal do Paraná, na Região Metropolitana de Curitiba, inativo desde 2006. O complexo é utilizado para a construção de estruturas que sustentam plataformas marítimas

de exploração de petróleo (*wellhead platforms*). A Techint tem planos de investir R\$ 300 milhões, durante os próximos três anos, para habilitar as instalações à produção de plataformas fixas, que permitem a atracação de navios-plataforma.

A companhia petroleira OSX encomendou à Techint, em fevereiro, a construção de duas plataformas fixas. A expectativa é de que sua construção seja iniciada no final deste ano e termine em 2013.

GUIMARÃES FILHO, Carlos. Techint deve chamar 2 mil funcionários. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 fev. 2011. p. 25.

OSX contrata serviços de engenharia da Techint para plataformas em Campos. *Brasil Econômico*, São Paulo, 24 fev. 2011. p. 37.

PLATAFORMAS no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 24 fev. 2011. Empresas, p. B1.

SERVIÇOS

ALL e Standard fundam Brado Logística

A empresa de transporte ferroviário América Latina Logística (ALL) e a companhia de movimentação de cargas refrigeradas Standard fundaram a Brado Logística, empreendimento que atuará no transporte de contêineres. Tanto ALL como Standard têm sede em Curitiba.

A Brado Logística planeja investir 1,5 bilhão nos próximos cinco anos, na aquisição de locomotivas e vagões, e na construção de terminais intermodais. A nova empresa introduzirá no País o transporte de vagões *double stack*, que acomodam dois contêineres empilhados. A Brado terá administração independente da ALL.

PEREIRA, Renée. ALL cria empresa para entrar na disputa pelo mercado de contêineres. *O Estado de S. Paulo*, 21 dez. 2010. Economia, p. B13.

SCHAEFFER, Cinthia. Brado investirá R\$ 1 bilhão em cinco anos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 dez. 2010. p. 22.

Rede Ipiranga planeja investimento de R\$ 200 milhões

A rede de distribuição de combustíveis Ipiranga, parte do Grupo Ultra, planeja investir R\$ 200 milhões, ao longo do próximo quinquênio, na expansão e modernização de sua estrutura no Paraná. O Estado é responsável por aproximadamente 10% da receita auferida nos postos e lojas de conveniência da companhia.

IPIRANGA investe até R\$ 200 mi no Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 jan. 2011. p. 23.

Algar Telecom operará em Curitiba

A Algar Telecom, empresa mineira que presta serviços para companhias de telecomunicação, investirá R\$ 7 milhões para iniciar operações em Curitiba. Fundada há 57 anos, a Algar possui rede de 11.500 quilômetros de fibras ópticas distribuídas pelo País e alcançou R\$ 2 bilhões de faturamento no ano passado.

GRUPO vai investir R\$ 7 milhões. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 jan. 2011. p. 12.

Compagas criará rede de distribuição em Londrina

A Compagas investirá R\$ 8 milhões na implantação de uma rede de distribuição de gás natural em Londrina, Região Norte Central Paranaense. A rede de gás canalizado terá 5,5 quilômetros de extensão. Estima-se que até o final do primeiro semestre 1,8 quilômetro esteja construído. Considera-se, para uma segunda etapa, a ligação das unidades da empresa em Londrina e Maringá.

COMPAGAS investirá R\$ 8 milhões em rede de gás canalizado em Londrina. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 fev. 2011. p. 20.

GÁS natural em Londrina. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 fev. 2011. Empresas, p. B10.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	917	2 325	2 535	39 337	166 646	4 236	31 225	801 695	25 675

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	77 479	108 802	1 404	649 706	54 709 473	84 207	52 730	190 439	3 612

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	520 798	792 010	1 521	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011 ⁽¹⁾	525 762	855 684	1 628	204 287	4 593 194	22 484	2 304 584	12 252 991	5 317

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	369	831	2 252	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011 ⁽¹⁾	351	824	2 348	4 602 233	14 125 895	3 069	1 046 451	2 850 388	2 724

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2010

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Junho	209 215	22 801	41 702
1998	854 517	236 358	193 435	Julho	220 968	22 671	55 673
1999	957 237	198 873	229 466	Agosto	211 633	22 547	43 046
2000	1 041 412	181 113	235 315	Setembro	219 559	25 684	43 199
2001	1 121 828	197 985	263 451	Outubro	217 893	28 159	42 903
2002	1 235 681	219 350	333 951	Novembro	207 014	24 097	39 201
2003	1 344 398	219 774	359 139	Dezembro	204 960	31 497	40 660
2004	1 557 747	276 808	340 568	2010 ⁽¹⁾	2 050 362	248 145	390 259
2005	1 788 481	308 947	367 765	Janeiro	211 217	20 641	36 228
2006	1 856 061	316 897	390 394	Fevereiro	202 095	22 914	38 992
2007	2 057 318	295 010	437 152	Março	239 997	28 977	43 854
2008	2 480 908	279 609	454 340	Abril	225 476	27 639	42 257
2009	2 492 086	282 214	509 156	Maiο	232 068	28 791	43 956
Janeiro	195 787	21 742	39 155	Junho	228 155	30 774	45 041
Fevereiro	186 249	15 748	38 572	Julho	245 922	28 951	47 393
Março	207 585	19 118	39 479	Agosto	233 291	27 815	46 412
Abril	204 305	24 370	42 527	Setembro	232 140	31 644	46 126
Maiο	206 920	23 778	43 028				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2011

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010 ⁽¹⁾	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Maiο	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320
Junho	504 716	40,49	185 445	14,88	531 738	42,66	24 518	1,97	1 246 417
Julho	598 249	43,34	185 828	13,46	576 445	41,76	19 933	1,44	1 380 455
Agosto	640 434	44,19	204 441	14,11	582 133	40,17	22 303	1,54	1 449 311
Setembro	619 903	46,05	180 080	13,38	529 808	39,36	16 436	1,22	1 346 227
Outubro	513 750	41,89	165 851	13,52	527 062	42,97	19 901	1,62	1 226 564
Novembro	411 827	35,08	205 341	17,49	538 929	45,90	17 978	1,53	1 174 075
Dezembro	330 319	29,37	227 058	20,19	545 375	48,49	22 030	1,96	1 124 782
2011 ⁽¹⁾	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680

FONTE: MDIC/Secex

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2011

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010 ⁽¹⁾	14 176 010	13 956 180	219 831	201 915 285	181 670 680	20 244 606
Janeiro	705 782	908 154	- 202 372	11 305 067	11 484 607	- 179 540
Fevereiro	708 008	809 435	- 101 427	12 197 237	11 807 714	389 524
Março	1 150 737	924 850	225 886	15 727 499	15 055 551	671 948
Abril	1 300 333	999 974	300 360	15 161 211	13 878 094	1 283 118
Maio	1 363 320	1 050 878	312 442	17 702 500	14 255 510	3 446 990
Junho	1 246 417	1 140 844	105 573	17 093 912	14 822 015	2 271 897
Julho	1 380 455	1 301 766	78 689	17 672 925	16 317 631	1 355 293
Agosto	1 449 311	1 372 501	76 811	19 236 253	16 823 271	2 412 982
Setembro	1 346 227	1 382 615	- 36 388	18 832 790	17 745 509	1 087 281
Outubro	1 226 564	1 437 282	- 210 718	18 380 418	16 528 904	1 851 515
Novembro	1 174 075	1 381 830	- 207 756	17 687 332	17 378 538	308 794
Dezembro	1 124 782	1 246 050	- 121 268	20 918 140	15 551 332	5 366 808
2011 ⁽¹⁾	864 680	1 283 569	- 418 889	15 214 353	14 790 844	423 509
Janeiro	864 680	1 283 569	- 418 889	15 214 353	14 790 844	423 509

FONTE: MDIC/Secex

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2010

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan./09	Fev./09	Mar./09	Abr./09	Mai./09	Jun./09	Jul./09	Ago./09
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	85,46	82,77	96,66	85,48	96,59	86,23	88,63	89,19
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	120,57	111,93	120,26	131,32	123,93	116,62	123,90	135,72
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	119,31	110,69	118,99	130,10	122,51	115,30	122,62	134,56
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	109,25	80,45	93,23	113,39	131,43	116,71	111,49	102,98
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,13	198,41	153,95	177,40	168,37	186,00	178,16	194,45	196,12
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,80	156,00	150,76	170,51	168,36	184,46	181,38	184,46	190,16
Livros, jornais, revistas e papeleria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	98,96	108,70	142,86	116,74	129,48	102,67	111,89	95,64	106,45	109,93
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	838,04	913,84	956,62	914,96	913,03	1 118,56	1 148,33	1 157,07
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,31	194,41	169,26	190,58	202,61	234,20	200,74	194,16	196,12
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,79	129,67	115,74	128,31	133,14	136,96	128,19	133,78	139,81

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																
	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai./10	Jun./10	Jul./10	Ago./10	Set./10	Out./10	Nov./10	Dez./10
Combustíveis e lubrificantes	84,53	89,23	83,85	89,20	88,68	82,66	80,93	94,56	85,39	88,32	87,49	94,39	93,14	91,00	88,15	87,46	90,71
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	121,27	131,76	125,14	162,48	134,32	133,69	123,09	137,79	128,30	127,53	126,80	134,08	136,34	129,83	140,29	131,51	162,61
Hipermercados e supermercados	119,88	130,50	123,95	161,20	132,70	132,66	121,73	136,39	126,95	125,99	132,26	134,51	128,00	138,53	129,61	160,68	
Tecidos, vestuário e calçados	114,05	110,64	110,32	205,50	122,17	111,52	90,78	109,02	132,23	139,26	115,07	121,86	113,00	113,21	114,25	110,09	195,79
Móveis e eletrodomésticos	194,49	209,78	217,67	290,77	228,91	229,31	193,72	217,93	199,63	233,55	207,22	211,70	221,43	220,43	226,56	240,41	344,99
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	174,83	204,63	203,45	248,61	220,43	193,64	181,76	213,74	203,79	214,76	213,16	221,43	226,76	219,51	233,16	237,34	286,08
Livros, jornais, revistas e papeleria	111,87	68,18	58,79	149,84	125,58	177,03	158,76	152,90	123,79	127,55	126,30	118,85	129,03	116,50	62,62	60,16	153,42
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 241,36	1 208,21	1 137,00	1 313,11	1 471,45	1 106,34	1 312,99	1 674,87	1 583,64	1 665,68	1 480,93	1 347,86	1 664,87	1 963,51	1 091,53	1 370,93	1 394,23
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	191,04	226,26	217,05	379,24	249,80	212,15	180,00	229,33	222,67	253,77	240,84	246,05	253,43	230,57	258,19	248,40	422,23
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	131,85	141,49	137,19	185,35	149,65	143,54	130,53	149,71	142,10	148,67	141,56	147,66	150,71	146,63	153,06	147,30	194,38

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2010

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)															
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,3

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)															
	Maio/09	Jun./09	Jul./09	Ago./09	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Maio/10	Jun./10	
Indústria de transformação	125,4	114,8	138,7	137,2	130,4	151,5	139,4	140,1	150,5	126,8	123,6	168,9	140,7	164,8	116,0	
Alimentos	123,3	119,1	116,8	124,0	107,7	107,7	108,5	96,5	116,9	79,3	87,2	107,3	118,0	125,0	112,2	
Bebidas	106,9	84,8	96,6	113,2	121,5	154,7	158,0	185,7	142,3	119,7	128,1	145,0	125,5	160,8	121,2	
Madeira	80,5	66,1	70,6	72,5	67,1	74,9	79,3	70,8	80,1	65,4	64,4	81,0	82,6	89,1	101,2	
Celulose, papel e produtos de papel	111,6	119,8	148,3	141,3	142,8	142,7	134,5	139,5	139,5	144,5	127,2	150,9	137,9	146,0	114,0	
Edição, impressão e reprodução de gravações	321,3	117,0	460,4	332,9	416,7	504,1	358,9	551,4	445,7	347,6	241,5	771,5	348,2	662,4	211,0	
Refino de petróleo e álcool	108,5	106,0	107,7	109,5	99,7	107,1	97,3	101,9	91,6	91,7	85,6	100,8	101,0	106,4	97,3	
Outros produtos químicos	55,6	67,3	110,1	105,7	92,7	96,6	56,7	56,7	66,9	85,4	74,6	55,6	44,5	57,3	74,4	
Borracha e plástico	109,4	119,8	122,6	129,3	130,3	139,1	136,0	128,6	134,3	130,8	125,4	143,6	124,7	130,5	108,8	
Minerais não metálicos	126,4	124,7	132,1	129,0	128,9	127,3	130,8	119,7	129,7	110,3	113,5	132,7	123,5	130,1	90,0	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	90,8	95,1	110,9	99,9	106,8	113,6	110,2	103,0	120,2	105,4	104,0	123,9	114,4	123,4	151,4	
Máquinas e equipamentos	124,0	125,3	146,9	149,5	163,2	174,8	177,3	170,2	178,5	154,1	178,8	196,8	159,2	189,1	121,8	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	100,1	95,0	115,4	117,8	122,1	149,6	156,4	119,0	131,5	114,3	99,8	123,0	108,2	119,4	115,8	
Veículos automotores	198,5	191,7	186,4	211,0	152,5	278,1	260,2	220,6	314,9	254,3	260,4	335,4	295,9	308,8	170,3	
Mobiliário	75,6	77,1	91,8	98,0	89,4	108,3	105,1	105,4	108,6	90,1	93,2	131,0	100,1	104,6	89,3	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2010

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan./09	Fev./09	Mar./09	Abr./09	Mai/09	Jun./09	Jul./09	Ago./09	Set./09
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,5	103,5	103,6	102,4	102,7	102,4	102,9	102,9	102,9
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	76,3	70,9	70,2	78,9	78,2	72,9	72,4	72,3	71,8
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,9	103,9	104,1	102,7	103,1	102,8	103,3	103,3	103,3
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	156,4	155,4	155,5	154,4	155,9	158,1	161,0	159,3	159,0
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	170,8	277,9	289,5	276,2	180,7	174,5	102,1	102,6	99,9
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	77,3	76,8	76,4	76,4	78,1	78,5	77,9	77,2	77,2
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	96,6	97,8	101,9	94,5	94,9	95,2	97,2	97,9	98,2
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	83,7	84,0	87,5	87,2	87,6	90,7	91,7	94,7	96,7
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,5	45,5	36,1	38,3	37,4	37,7	37,0	36,9	36,4	36,2	35,6	35,2
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	124,2	120,6	119,7	120,4	120,6	123,2	124,0	125,9	125,4
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	235,9	226,8	239,6	265,6	285,1	292,1	293,0	295,5	294,1
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	87,9	87,7	88,1	89,0	89,5	90,6	97,8	94,6	97,5
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	90,5	88,4	87,5	86,7	85,6	80,7	80,4	82,5	82,1
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	134,0	130,2	132,5	132,1	130,5	133,6	132,9	131,0	126,0
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	72,1	73,4	72,0	70,6	70,3	69,8	69,9	69,7	69,8
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	107,3	108,3	105,6	103,8	103,7	102,4	100,2	101,1	103,2
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	152,8	151,2	150,6	146,2	146,7	146,3	146,2	145,3	148,5
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	108,6	106,8	102,3	101,5	102,1	100,1	100,6	100,3	101,3
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	143,9	143,2	141,3	142,0	142,2	139,6	138,6	140,1	142,5
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	64,5	63,1	62,2	61,4	60,5	57,0	56,6	56,8	54,0

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai/10	Jun./10	Jul./10	Ago./10	Set./10	Out./10	Nov./10	Dez./10
Indústria geral	103,6	103,0	101,6	104,0	101,8	102,1	102,5	103,2	103,9	104,3	104,5	104,6	105,4	106,0	105,5	103,9
Indústrias extrativas	69,6	69,1	73,3	71,7	71,8	71,4	69,6	71,8	71,1	72,5	72,9	73,4	73,3	72,3	70,5	69,6
Indústria de transformação	104,1	103,4	102,0	104,4	102,1	102,5	103,0	103,6	104,3	104,7	104,9	105,0	105,8	106,4	106,0	104,3
Alimentos e bebidas	159,9	157,8	155,0	151,8	149,9	148,7	148,7	149,5	150,6	152,5	153,0	152,0	153,3	156,2	153,3	154,1
Fumo	103,1	108,0	109,3	168,8	170,8	289,3	292,2	282,3	213,6	165,4	103,6	95,2	95,4	102,4	107,8	107,3
Têxtil	78,1	78,2	78,3	83,0	81,1	80,3	81,0	82,8	84,5	84,5	85,6	83,9	83,7	82,0	84,0	82,2
Vestuário	99,5	98,7	94,3	93,7	95,8	97,1	95,0	93,4	93,0	94,3	94,8	94,5	93,7	92,6	91,6	88,6
Calçados e couro	98,3	98,6	97,3	103,3	104,3	101,8	105,7	105,4	106,2	106,7	106,3	105,0	105,8	102,3	98,3	92,0
Madeira	34,2	34,1	33,7	33,9	33,7	34,1	34,3	35,1	35,0	34,6	34,4	33,9	33,5	32,9	32,9	32,1
Papel e gráfica	125,4	124,8	125,0	130,7	125,7	125,6	125,8	127,5	130,2	130,3	130,4	130,8	133,4	136,6	137,2	134,7
Refino de petróleo e combustíveis	290,4	286,4	245,2	226,7	235,0	233,0	233,9	220,8	231,7	232,1	231,7	231,0	229,8	228,8	224,4	188,7
Produtos químicos	98,7	96,4	96,4	99,9	97,6	97,0	98,1	100,4	101,7	102,5	100,8	99,4	99,8	100,7	100,9	100,1
Borracha e plástico	82,3	79,7	79,7	80,0	79,7	80,3	82,0	81,2	81,1	80,3	78,9	79,2	80,8	79,8	78,7	77,5
Minerais não-metálicos	126,4	126,8	125,8	127,0	125,5	128,3	126,1	126,5	127,0	125,6	127,6	128,8	125,9	127,5	125,6	129,3
Metalurgia básica	70,4	72,4	73,0	78,9	74,7	76,3	79,5	80,8	80,3	80,5	78,9	79,9	79,4	79,8	78,4	77,7
Produtos de metal ⁽¹⁾	104,5	102,8	101,6	110,8	103,9	104,0	103,5	104,1	106,3	106,9	108,9	113,2	120,8	120,6	123,1	114,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	155,0	159,8	163,2	170,9	163,9	165,6	168,8	173,1	172,7	173,0	173,7	174,3	174,1	174,4	171,8	165,5
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	103,9	106,3	104,7	111,0	105,6	107,0	107,8	109,2	107,3	109,2	110,5	112,2	113,7	114,5	118,3	116,8
Fabricação de meios de transporte	142,5	141,4	140,8	149,9	142,9	142,8	143,8	145,7	148,1	149,1	150,0	151,9	152,8	155,3	157,2	159,5
Fabricação de outros produtos	55,1	54,4	54,7	60,0	56,7	57,2	58,9	59,6	60,6	59,4	59,9	60,0	60,8	62,0	61,9	62,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2011

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
Janeiro	5 236	3 416	234	4 881	144	-	13 911
Fevereiro	4 477	1 733	891	7 470	-861	-	13 710
Março	7 706	3 183	3 035	7 161	2 112	-	23 197
Abril	8 249	2 118	3 502	5 773	951	-	20 593
Mai	6 536	3 725	3 207	4 824	839	-	19 131
Junho	2 890	1 259	984	3 494	1 819	-	10 446
Julho	3 724	2 716	2 269	3 644	370	-	12 723
Agosto	5 904	2 789	4 516	7 793	395	-	21 397
Setembro	4 808	601	4 356	4 581	-308	-	14 038
Outubro	4 550	241	6 302	4 098	-237	-	14 954
Novembro	483	-331	8 813	3 776	-2 488	-	10 253
Dezembro	-13 447	-3 853	-1 998	-7 627	-4 945	-	-31 870
2011	6 174	3 704	-163	5 431	-192	-	14 954
Janeiro	6 174	3 704	-163	5 431	-192	-	14 954

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2010

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 270	4,28	3 031 864	5,16
2009 ⁽³⁾	189 269	-1,20	3 185 125	-0,60
2010 ⁽³⁾	220 368	8,30	3 674 964	7,50

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa do Iparde para o Paraná. Para o Brasil, resultados preliminares do IBGE a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br